CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700868/2008 - Cáritas Brasileira



Oficina Nacional sobre Políticas Públicas, Educação e Economia Solidária 29 novembro a 02 dezembro de 2011

APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA

Esse relatório tem como objetivo apresentar as principais discussões fruto da Oficina Nacional sobre Políticas Públicas. Educação e Economia Solidária, realizada de 29 de novembro a 2 de dezembro em Brasília – DF, pelo Centro Nacional de Formação Em Economia Solidária.

O público dessa Oficina foi o Conselho Gestor do Projeto CFES, o Comitê Temático de Formação e Assessoria Técnica do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e educadoras-es de coletivos estaduais.

Objetivo foi promover uma discussão que contribuísse para uma visão sistêmica sobre as ações do Governo Federal no campo da educação e mais especificamente aquelas direcionadas para a economia solidária, além de criar proposição de ação do governo federal no campo da educação e economia solidária.

A metologia utilizada mesclou momentos de exposição oral seguido de debates, com trabalhos de grupos, onde os participantes se organizaram segundo sua região de origem. As temáticas discutidas, bem como os resultados dos trabalhos de grupos serão apresentados ao decorrer do relatório.

Conhecer a execução das atividades dos Centro de Formação em Economia Solidária, nas diferentes Regiões do pais, pensar propostas de mudança, renovação, aperfeiçoamento, bem como pensar articulação possíveis com outros campos da educação foram as principais expectativas apresentadas pelos participantes no inicio da Oficina.

ANÁLISE DE CONJUNTURA E DE CENÁRIOS

Antes de pensar estratégias para o futuro é necessário, realizar uma ampla análise do presente, bem como cogitar possibilidades de como estaremos no futuro. Para isso analisar a conjuntura e pensar em Cenários é uma prática que facilita a ação de Planejamento.

A partir da vivência de cada um foram elaborados cenários, esses cenários somados às contribuições de Shirley Silva do Instituto Marista de Solidariedade e conselheira do Conselho de Assistência Social do DF, Mandela da Cáritas Nacional e Membro do Fórum de Reforma Agrária e João Roberto do Instituto Mais Democracia.

Cenário I – Conservador

Esse cenário é marcado por uma falta de diálogo com o Governo Federal. Que demonstra-se muito conservador em suas ações, entende-se que agindo dessa forma ele evita o recebimento de críticas e questionamentos por parte do movimento.

Outra característica seria a perda de identidade do movimento, o que pode levaria a Economia Solidária ser vista de forma reducionista e numa perspectiva do "Programa Brasil Sem Miséria", ou ainda atuação preferencial na inciativa econômica sem estabelecer relações como o movimento de

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F - CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Economia Solidária.

Percebe-se também a utilização de mecanismos de desmobilização de forma orquestrada, o que leva o movimento não avançar em determinadas questões, fazendo como que o movimento se limite a disputar recursos de politicas públicas rebaixadas.

Cenário II – Factível

Esse Cenário é caracterizado pela organização das bases, bem como a articulação como outros movimentos, somando força a fim de denunciar as " estruturas" invisíveis do Estado – setores privilegiados.

Outro ponto que caracteriza esse Cenário é permeabilidade do Governo em relação as disputas hegemônicas e a junção entre as possibilidades Identidade x Autonomia.

Cenário III - Ideal

Esse cenário tem como principal característica um Movimento de Economia Solidária articulado com o outros movimentos na luta anticapitalista disputando recursos destinados aos setores privilegiados historicamente, reforçado por um processo de mobilização social e reflexão permanente da sua prática cotidiana.

Shirley Silva, após apresentar em linhas gerais o Sistema de Assistência Social. Ainda falou das dificuldades que o Conselho encontra em Brasília, pois vive uma dualidade de transposição de políticas. É um lugar que não responde como metrópole.

Mandela, apresentou suas considerações sobre os Movimentos ligados a essa temática.

Atualmente esses movimentos são vistos como quem organiza empreendimentos e não quem pensa a política agrária, não são vistos com uma identidade política.

É importante para o movimento fazer reflexões internas de suas ações, para que se possa mudar essa imagem que os outros enxergam. Hoje percebe-se que o resgate das políticas sociais não é um a prioridade, o Governos desde de 2008 vem se endividando afim de apoiar/financiar os grandes empreendimentos.

Para se discutir reforma agrária e propriedade da terra é necessário entrar na discussão da campanha do limite da propriedade da terra, essa discussão tem mais um efeito educativo, mas é muito importante. A economia solidária também passa por isso é necessário inserir em todos os processos formativos a discussão do fundo de economia solidária e por sua vez o Projeto de Lei de Economia Solidária.

Hoje o controle dos territórios está na mão da iniciativa privada, de grandes grupos econômicos, como por exemplo a Odebretch no caso do Rio de Janeiro. Outras Construturas estão fazendo o mesmo. Isso vem causando sérios processos de remoções nas cidades que serão Sedes da Copa Mundo. A economia verde está entrando com muita forca no Brasil, o que significa um retrocesso, estão privatizando tudo e todos.

No que diz respeito ao Governo Dilma, não se tem mais a figura carismática, Dilma não tem

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F - CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br









Convênio M.T.E/SENAES Nº 700868/2008 - Cáritas Brasileira



trajetória de Movimentos Sociais, não tem mais quem lide com o movimento social, esse papel tenta ser executado pelo Ministro Gilberto Carvalho, não há nada contra essas figuras, porém o movimento perdeu espaço; os conselhos possuem problemas de orçamento, uma vez que as necessidades socais.

João Roberto, o Instituto Mais Democracia é fruto de uma crise política e tem a ver com cenário atual do governo Dilma e os desafios para a economia solidária. O Instituto faz monitoramento sobre o BNDES e outros organismos de financiamento.

Atualmente o BNDES possui 4 vezes o orçamento do Banco Mundial. Temos no país um bloco de poder histórico, e os beneficiários do BNDES são sempre os mesmo.

A desigualdade do pais é estrutural. É um bloco de poder que se estrutura entre as principais forças do estado. Há uma sobreposição de interesses privados sobre interesses públicos. E isso se mantém inalterados. Com o governo Dilma e Lula o estado alavancou mais esses setores privados. O estado cresceu para fortalecer mais o capital privado.

É necessário pensar a política social, o sistema brasileiro de assistência social.

O Governo pensa a eliminação da pobreza apenas pela transferência de renda e acaba esquecendo da educação, saúde, transportes e outros direitos sociais como um todo. Pensa a cidadania como consumo.

Uma outra imagem é a ideia de que o Estado se dividiu entre os que cuidam dos grandes grupos e outros que cuidam dos de baixo. No andar de cima encontra-se os grandes empresários, a Petrobrás, o BNDES, o PT, entre outros, nesse andar nunca chegamos; o fato é que trabalhamos as políticas sem problematizar os pontos de vista de desigualdade brasileira.

Com diversas coisas acontecendo, estamos num momento histórico, de fato o Brasil será uma potência, mas sem mudar essa raiz da desigualdade brasileira.

As discussões sobre os impactos da Copa, irá consumir muito tempo do movimento de economia solidária. É importante que o movimento fique atento, pois o governo bota um dinheirinho e ai a gente vai correndo atrás, gasta se reuniões, brigas, para dar conta disso, ou o processo formativo é apenas pensado para dar suporte as ações do governo? (cenário conservador)

O governo colocou demandas e o todos se mobilizaram para responder essas editais.

Todos os governos de esquerda do mundo quando chegaram ao governo acabaram com todos os movimentos sociais. Temos que resistir, temos que realizar as discussões, isso é revolucionário, a pequena ação é revolucionaria.

Não podemos perder o foco, temos que nos mobilizar, existe vários temas a serem discutidos, temos que discuti-los sem esquecer dos nossos primos/pares/parceiros de lutas.

A sociedade brasileira tem tradição com a teoria da libertação por essa forte dimensão de educação popular.

Primeiro vem o PAU e depois PROSA.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F - CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL.

Nesse momento foram apresentados alguns Programas que o Ministério da Educação vem desenvolvendo e podem ser futuros parceiros no processo de formação desenvolvido pelo o movimento de economia solidária, além disso, foi apresentado o que a SENAES vem pensando no campo da formação em economia solidária.

Política de Educação de Jovens e Adultos – Carme Gatto MEC-SECAD[1]

A política de Educação de Jovens e Adultos tem como referência alguns marcos jurídicos, entre eles: a Constituição Federal de 1988; Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE 01/2000); Diretrizes Operacionais para a Educação e Jovens e Adultos (Resolução CNE 03/2010); Documento Nacional Preparatório à VI CONFINTEA; Marco de Ação de Belém- VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos; Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE; Proposta Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020 e o Plano de Ações Articuladas – PAR.

Tem como princípios o reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos como direito; a alfabetização articulada com a continuidade na Educação de Jovens e Adultos; o respeito às diversidades: étnico- racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional e a perspectiva interdisciplinar e intersetorial da Educação de Jovens e Adultos.

Encontra como desafios a ampliação e qualificação da oferta de Educação de Jovens e Adultos no contexto da Educação Básica dispondo de múltiplas formas e espaços formais e não-formais de ensino e aprendizagens. A garantia de continuidade da escolarização aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado na Educação de Jovens e Adultos e a ampliação do acesso de gestores e educadores da EJA às políticas de formação inicial e continuada.

Dentro da Proposta do Plano Nacional de Educação 2011-2020, as metas 3, 8, 9, 10 e 11 são tratam diretamente da educação de jovens e adultos. O aumento do número de matrículas, a universalização do atendimento para a faixa etária de 15 a 17 anos, elevação da taxa de alfabetização e o aumento da oferta de cursos técnicos profissionalizantes, são os temas tratos nessas metas.

A política será implementada observando 4 eixos principais, o financiamento, formação de professores e gestores, ações de apoio e fortalecimentos de redes e intersetorialidade.

O financiamento contará com o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federativos, bem como a definição de indicadores para cada instância (municipal, estadual e federal), além de se valer de recursos do FUNDEB; no campo da formação será promovido processos formativos tanto para os gestores, quanto para os membros das Comissões da Agenda Territorial, além da oferta de cursos na área no âmbito da Plataforma Freire e Catálogo de cursos atendendo as demandas do PAR; no campo das ações de apoio vem sendo pensado ações que qualifiquem o processo, bem

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br











CFES Nacional





como a elaboração de materiais, o estimulo ao desenvolvimento de metodologia inovadoras entres outros; e por último vem sendo estimulado a articulação entre as diversas ações relacionadas a EJA desenvolvida por diferentes órgãos e instancias governamental.

Carmem também apresentou algumas políticas com interface na EJA, senda elas o Programa Nacional de Educação no Campo, que tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem às populações do campo, contemplando as especificidades dos modos de produção, conhecimento e cultura da vida no campo.

O PROJOVEM que tem por finalidade proporcionar formação integral ao jovem, associando: Elevação da escolaridade - ensino fundamental - EJA, qualificação profissional - formação inicial e a participação Cidadã - ações comunitárias. Esse Programa passa a integrar as ações do Ministério da Educação em consonância como as ações de juventude.

E o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego tem por objetivo expandir, democratizar e interiorizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores. Fomentar e apoiar a expansão da rede federal de atendimento da educação profissional e tecnológica e o incentivo à ampliação de vagas e a expansão da rede física de atendimento dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Programa Escola Sustentáveis – Tereza Moreira - MEC-SECAD[2]

Surge como proposta da III Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada em 2009, processo que mobilizou 11 mil escolas e 3,8 milhões de estudantes de todo o país. Tem como marco conceitual a Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei 12.187/2009), que incluiu a criação de espacos educadores sustentáveis, como: espacos com intencionalidade pedagógica de se constituírem em referências de sustentabilidade socioambiental.

Também tem como referência o Decreto 7083/2010, que dispõe sobre o Programa Mais Educação, no artigo 2°, inciso v delibera que haverá o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos.

Nessa perspectiva a primeira iniciativa do MEC, foi a realização de Processos Formativos a distância, que foi uma realização da Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade/MEC em parceria como a Universidade Aberta do Brasil/CAPES, envolvendo três Universidades Federais (a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a Federal de Ouro Preto), oferecendo 2500 vagas para escolas de 17 estados.

A inserção da Política ocorre de forma articulada *IntraMec*, ou seja, em sintonia com outros programas, tais como: Programa Mais Educação (SECAD/MEC) - Macro campos horta escolar, Com-Vida e Agenda 21 na Escola, Programa Ensino Médio Inovador (SEB/MEC), Rede de Educação para a Diversidade (SECAD e Sistema UAB/CAPES) e a escola como Polo de Aprendizagem.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601. Módulo F - CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Programa Mulheres Mil – Patricia Barcelos - MEC-SETEC [3]

O Programa surge inicialmente como uma parceria de Cooperação entre o Niágara College (Canadá) e CEFET-RN (Brasil) – 2003/2004, em seguida ocorre a ampliação passando a envolver CEFET's do Amazonas, Pará, Ceará e Bahia, nesses últimos foi oferecido a Formação em Turismo, com a conclusão em 2005 atendendo 60 mulheres.

O Projeto em como eixos norteadores **Educação**, **Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**, oferta a formação profissional e tecnológica, criando as pontes necessárias para que as mulheres incrementem o seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de suas vidas, das famílias, das suas comunidades e do seu crescimento econômico sustentável para a inclusão social e pleno exercício da cidadania.

No período de 2008 a 2011 foram um total de 1.191, mulheres beneficiadas, com uma mádia de evasão de 15, 87%. Em relação a empregabilidade, em março de 2011, 670 alunas foram certificadas e 18,76 % foram inseridas no mundo do trabalho, ressaltando que nesses números não se contabilizou a organização de associações, ações empreendedoras e empregadas em áreas diversas da sua formação.

Dentre das prioridades Nacionais o Programa Mulheres Mil, é uma das ações do Plano Brasil sem Miséria e está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Brasileiro, especialmente nos eixos – promoção da equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra a mulher e acesso à educação e ao trabalho.

Com base nos resultados obtidos, foi criado o Programa Nacional Mulheres Mil, por meio da portaria PORTARIA Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011, que orientará a disseminação do programa no país.

A principal meta do Programa Nacional é entre 2011 a 2014, formar 100 mil mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes do território da cidadania

Ainda está previsto a criação de um Centro Nacional de Referência do Mulheres Mil que terá como atribuição o desenvolvimento programático e organizacional para qualificação de pessoal nas áreas de planejamento e gestão de programas multiculturais brasileiros, em especial ações de equidade de gênero.

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Patrícia Barcelos – MEC-SETEC

O PRONATEC é um conjunto de ações que visam a ampliar a oferta de vagas na Educação Profissional brasileira, melhorando as condições de inserção no mundo do trabalho.

Suas principais ações consiste em aumentar, fomentar e financiar vagas em cursos técnicos profissionalizantes em nível médio, tanto na modalidade presencial quanto no ensino à distância, seja na Rede Federal ou na Rede de Ensino Privada em parceria com os Sistemas Nacionais de

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional





cretaria Nacional de

Ministério do



CFES Nacional





Aprendizagem.

O público-alvo são estudantes e egressos do ensino médio da rede pública de ensino, inclusive da educação de jovens e adultos, tralhadores, beneficiário dos programas de transferência de renda do Governo Federal e estudantes que tenham cursado o ensino médio em Instituições Privadas na condição de bolsista integral.

As modalidades de formação são: cursos técnicos como no mínimo de 800 horas, para a bolsa de formação estudantes, e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC, mínimo de 160h) para a Bolsa Formação Trabalhador Inclusão Produtiva e Seguro Desemprego.

Além disso ainda está previsto no Programa o FIES Técnico, que visa ofertar linhas de crédito para facilitar o acesso à cursos técnicos, esse podendo ser acesso por estudantes e egressos do ensino médio, e por empresas afim de custear a formação de seus funcionários.

Politica de Formação em Economia Solidária – Regilane Fernandes – SENAES-MTE[4]

Tem como concepção que a educação em Economia Solidária é um construção social, que envolve acima de tudo a contribuição de diversos atores e instrumentos, tendo um fazer pedagógico articulado com a educação popular, sendo a principal estratégia o fortalecimento do movimento, a SENAES pensou um série de estratégias no campo da formação.

Para o novo Período da política foram pensados alguns focos estratégicos. O primeiro é pensar como inserir nas políticas do Governo Federal (principalmente) a proposta de formação em economia solidária? O segundo é como colocar a FORMAÇÃO no conjunto das nossas políticas? E por último Quais as estratégias para fortalecimento da FORMAÇÃO em Economia Solidária?

Os caminhos dessa discussão leva a concluir que é necessário ter algumas coisas claras, tais como: Definir qual será o foco/público (Formação para quem?) Governo, Sociedade Civil e Empreendimentos (não é público direto, mais deve-se pensar como assegurar conteúdo e estratégias para chegar lá na ponta. Quais serão os temas prioritários (Formação em que?). As estratégias para o desenvolvimento do processo formativo (Como Fazer?). Redes de potenciais parceiros (Como operar). Estratégias de registro e divulgação de informações/concepções/conhecimentos: (Formação SISTEMATIZADA DE QUE FORMA?). Outros instrumentos complementares: (Formação pautada em QUE INSTRUMENTOS ORIENTADORES DAS NOVAS PRÁTICAS?). E por último o processo de disseminação da proposta formativa.

Algumas ações de articulação já vem sendo realizada, entre elas a articulação com diferentes instâncias e Programas de Governo.

Os próximos passos será a orientação dos recursos do PPA 2012-2015, a discussão com CTFAT, o fortalecimento das articulações nacionais, a elaboração da agenda formativa com Estados e Municípios, chamada pública para CFES e o fechamento do desenho da política para o período do novo PPA.

RESABE – Rede de Educação do Semiárido Nordestino – Paulo Junior

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601. Módulo F - CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

A RESAB é um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores e educadoras e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de educação no semiárido brasileiro. Não há preconceitos de cor, raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica.

Não alimenta nenhuma postura xenófoba, bairrista ou separatista. Visa desenvolver ações que contribuam, de forma geral, com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional público do semiárido.

Sua função primordial é consolidar uma proposta político-pedagógica de educação, através do diálogo dos diversos sujeitos individuais e coletivos e suas experiências com a educação para a convivência com o Semiárido Brasileiro, considerando a rica diversidade e opções metodológicas dessas.

PROPOSTAS PARA O EDITAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLDÁRIA

Para embasar esse momento de trabalho, foi utilizado como referência alguns textos, sendo eles: o texto final da I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária, o Termo de Referência para Implementação dos Centros de Formação em Economia Solidária e o Documento produzido na Reunião produzido pelo Conselho Gestor Nacional em outubro de 2011.

No que diz respeito a:

Concepção

- 1. Baseia-se nos princípios e valores da Economia Solidaria e da educação popular, além disso, leva em consideração as Diretrizes da I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária, dando ênfase as Diretrizes L, M, N do item 1.2 que aborda a temática "sustentabilidade ambiental".
- 2. A educação em economia solidária como direito.
- 3. Constituir-se como uma referência de educação em economia solidária (formação e assessoria técnica).
- 4. Apoiando-se na consolidação da Rede de Educadoras-es.
- 5. Formação continuada e permanente dos diversos atores.
- 6. Construção social que envolve uma diversidade de sujeitos.
- 7. Processo concebido como práxis de aprendizagem.

Diálogo das diferentes metodologias e pedagogias.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional





cretaria Nacional de

Ministério do Frabalho e Emprego







Trabalho como princípio educativo pressupõe uma educação contextualizada.

Valorização da pedagogia da alternância como estratégia da implementação de uma pedagogia autogestionária.

Afirmação da gestão participativa e da autogestão dos-as trabalhadoras-es na construção e desenvolvimento das atividades formativas.

O ser pensado na perspectiva integral: educação integral do ser social, considerando o seu modo de vida (habitus).

Formação e assessoria técnica com base na educação popular.

Tecnologias sociais adequadas à Economia Solidária.

Reconhecimento das experiências e saberes

Valorização dos acúmulos de iniciativas de formação e assessoria técnica.

Validação dos saberes populares.

Criando condições materiais para o processo de produção do conhecimento.

Construção de conhecimento e sistematização.

Articulação com outras políticas públicas de educação.

Contribuição na aglutinação e coordenação das ações educativas ligadas às políticas públicas.

A territorialidade como estratégia de organização do processo educativo.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Respeito e valorização	da diversidade e	peculiaridade dos	territórios.
------------------------	------------------	-------------------	--------------

Desenvolvimento local.

Em relação aos objetivos:

Objetivo geral

Desenvolver o processo de formação de educadoras-es, com enfoque territorial, contribuindo para fortalecer o potencial das-os trabalhadores-as associadas-os e comunidades urbana e rural, na perspectiva emancipatória capaz de geral a democracia política e econômica.

Objetivos específicos

- Fornecer subsídios à construção da política nacional de formação e assessoria técnica para a Economia Solidária a cargo do Governo Federal em relação ao CTFAT/CNES.
- Contribuir para organicidade dos educadores-as apoiando a consolidação da rede de educadoras-es da economia solidária.
- Contribuir no diálogo com programas projetos, ações de formação, qualificação social e profissional e de elevação da escolaridade.
- Desenvolver processos metodológicos de formação a partir do diálogo entre os diversos saberes favorecendo o processo de construção de referencial pedagógico da ação educativa.
- Favorecer o processo de produção do conhecimento a partir da sistematização dos momentos da ação-reflexão-ação vivenciados contribuindo para transformar a realidade.
- A Produzir e disseminar materiais pedagógicos e informativos sobre ES.
- Garantir nos processos formativos a articulação entre a formação sociopolítica, a assessoria técnica e a produção de tecnologias sociais, promovendo o intercâmbio de experiências e saberes.

Desenvolver processos metodológicos de formação a partir do diálogo entre os diversos saberes favorecendo o processo de construção de referencial pedagógico da ação educativa.

Desenvolver e socializar metodologia e conteúdos da formação em ES.

Sistematizar e disseminar experiências de formação em ES

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700868/2008 — Cáritas Brasileira

Público alvo

Educadoras-es da economia solidária (trabalhadores-es de empreendimentos, da gestão pública e organizações de assessoria, conselheiros, povos da floresta rural e urbano, quilombolas, indígenas, migrantes, pescadores-as artesanais, extrativistas, ribeirinhos, miscigenados, assentados, ATER, Conselheiros-as e integrantes dos colegiados territoriais, militantes da economia solidária).

Eixos temáticos

NÃO HOUVE CONSENSO SOBRE COMO ESTE TÓPICO SERÁ ORGANIZADO, LOGO ESSA DISCUSSÃO AINDA SERÁ RETOMADA.

Eixo articulador do percurso formativo

Apresentado na tarjeta - Economia solidária e territorialidade

Propostas

- 1. Economia solidária, desenvolvimento e territorialidade (incluindo desenvolvimento sustentável e territorial, economia solidária como estratégia de desenvolvimento, político)
- 2. Economia solidária, desenvolvimento sustentável e territorialidades
- 3. Economia solidária, sustentabilidade e territorialidades

Eixos temáticos

Economia solidária, etnia, cultura, identidade, gênero e geração.

Ambiental

Cultural

Educação popular, fundamentos teórico-metodológicos, projeto político-pedagógico, sistematização de experiências.

Organização dos processos formativos

Educação humanista e contextualizada

Tarjeta inicial - Organização socioeconômica, sociopolítica, ação pública e marco legal

Propostas de reorganização:

1. Organização sociopolítica e ação pública

Política

Formação sociopolítica e constituição dos sujeitos

2. Estado e política pública

Marco legal

Administrativa-jurídica (legal)

Organização socioeconômica (incluído da tarjeta anterior): (Tarjeta inicial) Produção, comercialização, consumo e finanças.

Qualificação técnica para a produção a parti das demandas dos empreendimentos. Formação e assessoria técnica para autogestão.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Processos de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias. Tecnológica.

Em relação ao Percurso Formativo, atividades formativas e estrutura e funcionamento dos Centros de Formação em Economia Solidária, cada Região apresentou uma proposta. Não houve tempo para discussão e construção de acordos em relação às propostas apresentadas, por isso segue as propostas tal qual foram apresentadas e descritas nos cartazes.

PROPOSTA SUL

Percurso Formativo e Atividades Formativas

Na proposta apresentada pelo CFES – Sul o tempo de duração do Projeto seria de 4 anos, o mesmo tempo do Plano Plurianual (PPA), sendo baseado num Processo Formativo Continuado, dividido em duas partes:

✓ Formação "Avançada" - Curso Regional

Essa formação teria 2 turmas (45 pessoas = 15 pessoas por Estado), e sendo composta por 6 módulos de 24 horas de duração para cada módulo.

Como temas para esses módulos pode ser discutido Sistematização e Projeto Político Pedagógico.

- ✓ Formação "Inicial" -
- ✓ Cursos Territoriais ou microrregionais

Essa etapa será divida em 3 módulos como duração de 16 horas cada módulo.

O número de cursos será de acordo com as regiões.

✓ Oficinas Locais com duração de 4 ou 8 horas, essas Oficinas serão realizadas no Chão do Trabalho Associado, nas comunidades indígenas, quilombolas e faxinais

Entre as atividades será previsto momentos de Alternância com carga horária a ser definida.

Em relação à Articulação e Fortalecimento da Rede de Educadores-as, está previsto:

Reuniões Coletivos Estaduais/Redes, sendo uma Reunião com carga horária de 24 horas e com 40 pessoas, e mais duas Reuniões como 16 horas e com 40 pessoas. Além disso 1 Reunião do Coletivo Regional, com 60 pessoas e carga horária de 24 horas (1 por ano).

Estrutura e Funcionamento

A Gestão e Controle Social, será feito pelo Conselho Gestor que se reunirá 3 vezes ao ano, e do Comitê Metodológico que se reunirá 5 vezes ao ano.

A estrutura para o Funcionamento será de:

- 1. Coordenação Pedagógico (1 por estado + 1)
- 2. Assessor Administrativo (dependendo da Região mais de 1)
- 3. Estagiário

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br





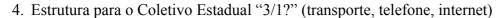






CFLS Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700868/2008 - Cáritas Brasileira



PROPOSTA NORDESTE

A proposta apresentada pelo CFES-NE definiu como papel do CFES – Nacional:

- Promover a articulação, intercâmbios de experiência e conhecimentos entre os Centros de Formação Regionais.
- Construir para a articulação Nacional dos educadores da Rede.
- Socialização dos processos de sistematização de experiências que vem dos regionais.

Para o CFES Regional definiu-se como papel:

- Coordenar os processos de formação de educadores.
- Garantir o apoio material e a infra estrutura para o bom andamento das atividades educativas e de funcionamento da Rede.
- Realizar processos de acompanhamento pedagógico (local, estadual, regional)
- Criar condições pedagógicas e materiais para a elaboração de materiais pedagógicos.
- Participar dos processos de discussão junto aos Coletivos de educadores nos níveis, Estadual, Regional e Nacional.

Dentro da proposta apresentada está previsto:

- Reuniões Conselho Gestor, sendo duas Reuniões por ano, com o Público de 20 conselheiros (as) e carga horária de 16 horas.
- Reuniões Regionais da Rede de Educadores-as, sendo duas por ano, com o público de 100 educadores e carga horária de 24 horas.
- Reuniões Estaduais da Rede de Educadores-as, sendo duas reuniões anuais com 20 educadores-as e carga horária de 16 horas.
- Oficinas Realização de Oficinas, 3 formadoras-es por oficina, com carga horária de 16 horas, e 90 Oficinas por etapa de formação.
- Cursos Estaduais Formação Inicial.
 - 3 módulos nos 9 Estados, com 30 Formadoras-es por Estado, com carga horária de 72 horas.
- Curso Regional Formação Avançada, como 30 formadores-as (10 por estado), como carga horária total de 184 horas, divididas em 7 módulos.

OBS.:

1. Entre as atividades de Oficina, Curso Estadual e Curso Regional há momentos de

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional









formação em

economia solidária





Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Experimentação Pedagógica e Produção de Conhecimento.

2. Relação Formação Avançada e Formação Inicial. Os educadores-as da Formação Avançada fazem sua experimentação pedagógica na Formação Inicial e estes por sua vez nas Oficinas

Em relação à organização do CFES, a sugestão é que se divida por Polos, cada Polo como uma equipe de responsável.

No caso do Nordeste seriam 3 Polos, cada Polo com 3 Estados;

Polo 1 – Maranhão, Piauí e Ceará.

Polo 2 – Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Polo 3 – Alagoas, Sergipe e Bahia.

Cada Polo terá uma equipe que será composta por 2 Coordenadores Pedagógicos, 3 articuladores estaduais e 1 Apoio Administrativo, sendo que os Coordenadores Pedagógicos e o Apoio Administrativo ficaram na Sede da Entidade Executora

PROPOSTA SUDESTE

Em relação ao Percurso Formativo

Segundo a proposta apresentada a definição dos temas para as atividades no âmbito estadual são de responsabilidade dos Coletivos, (conforme a organização do GT de formação de cada Fórum, e representações de outras entidades e movimentos que atuam com educação popular, preferencialmente participar da rede de formadores estaduais). No âmbito Regional, a equipe metodológica. (composta por representantes dos coletivos estaduais e entidades e movimentos parceiros) assumirá essa tarefa.

As demandas serão definidas pelas redes locais (para onde já estiver consolidado) ou pelos coletivos (para onde a rede não estiver consolidada). Essas demandas dos territórios serão levadas como proposta de temas a serem trabalhados nos espaços de formação e depois os mesmos retornarão para suas localidades refletidas nas práticas formativas.

É de extrema importância garantir momentos de intercâmbios de experiências, esses poderão acontecer em momentos específicos das atividades de formação ou em momentos de vivências práticas de reconhecimento do território). Em relação a formação Avançada e a formação "inicial", a primeira terá um caráter de continuidade do processo já inciado e a segunda terá um caráter de sensibilização e introdução para novos formadores que irão se agregar ao processo. A relação entre os dois se dará por meio de Seminários e Oficinas de Integração entre os diferentes públicos, esses poderão ser realizados de forma conjunta garantindo a troca de experiências.

Sobre as atividades formativas

Em relação as atividades Formativas, foram sugeridas atividades no âmbito Nacional, Regional. Estadual e Local. Tanto nas atividades Nacionais, quanto nas Regionais e Estaduais, foi proposto que realizasse Intercâmbios de vivências, no formato de atividades Inter módulos.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional





cretaria Nacional de

Ministério do Trabalho e Emprego



CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700868/2008 - Cáritas Brasileira

Dessa forma foi previsto as seguintes atividades formativas.

Em Nível Nacional:

Oficinas Nacionais e Seminários de Articulação.

Regional

Oficinas Regionais com visitas e Seminários de Articulação da Rede de Formadores.

Estadual

Serão realizados Cursos Estaduais com visitas e Seminários de Articulação.

Local -

Oficinas territoriais/locais (Territorialidade e localidade não necessariamente significa município)

Foi sugerido oficinas de sensibilização em economia solidária e educação popular, para os formadores que estão chegando.

Oficinas temáticas, ex:finanças solidárias, comércio justo, educação popular, etc. Para os para os formadores já participaram dos formações anteriores ou que já atuam com educação popular e querem integrar a rede de formadores

1. Pensando na quantidade de atividades e suas respectivas cargas horárias, a Região Sudeste apresentou as seguintes informações:

CURSO ESTADUAL				
Estado	Público	Carga Horária (h)	Quantidade	
		1		
Rio de Janeiro	40	24	02	
São Paulo	40	24	02	
Minas Gerais	40	24	02	
Espirito Santos	40	24	02	

REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO				
Estado	Público	Carga Horária (h)	Quantidade	
Rio de Janeiro	40	16	06	

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F - CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 — Cáritas Brasileira

São Paulo	40	16	06
Minas Gerais	40	16	06
Espirito Santos	40	16	0

,		
CITATINA	DIOC	TCTA DITATO
SEMINA	KIUS	ESTADUAIS

Estado	Público	Carga Horária	Quantidade
Rio de Janeiro	40	16	01
São Paulo	60	16	01
Minas Gerais	80	16	01
l 	4.0	1 46 1	0.4
Espirito Santos	40	16	01

ATIVIDADES REGIONAIS				
Atividade	Público Alvo	Carga horária (h)	Quantidade	
Oficina	60	24	3	
Semanário	80	24	1	
Reunião de Articulação	20	16	3	
Intercâmbio	60	24	2	

ATIVIDADES NACIONAIS

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Atividade	Público Alvo	Carga horária (h)	Quantidade
Oficina	Não	foi sugerido informações	
Semanário			
Reunião de Articulação			
Intercâmbio			

Obs:

1. Nas planilhas já foram inseridas as propostas referentes as Reuniões de Articulação.

Sobre a estrutura e funcionamento político, pedagógico e administrativo

A proposta de funcionamento do Centro de Formação sugerido é que em cada Estado os Coletivos deverão ser fortalecidos, criando uma equipe metodológica e uma equipe executiva. A equipe executiva terá o número de profissionais conforme o tamanho do Estado, porém essa equipe terá que ter pelo menos 1 Assessor pedagógico, 1 Assessor Administrativo e 1 Mobilizador. Desses Coletivos sairão as representações para o Conselho Gestor Regional (sendo 3 representantes do Coletivo e 2 da Equipe Executiva.

Para a Gestão do Projeto foi sugerido 3 possibilidades:

- 1. Proponente Regional, contrata Equipe Executiva em cada Estado, via Instituição Regional.
- 2. Proponente em cada Estado como responsabilidade de atividades estaduais e regional contrata equipe Estadual.
- 3. Proponente Regional contrata diretamente equipes executivas estaduais.

PROPOSTA NORTE

Percurso Formativo

O percurso formativo proposto dividi-se em 3 Estágio.

O 1º Estágio , com duração de 120 horas e com 5 eixos, o 2º Estágio com 80 horas e o 3º com 160 horas.

O Fórum tendo como base as Diretrizes, indicarão as demandas à uma Coordenação Pedagógica.

Caberá a essa Coordenação pensar o currículo, as atividades formativas, a certificação dos

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional









centro de formação em

economia solidária





Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

participantes bem como os produtos que serão gerados (cartilhas, vídeos, tecnologias sociais, experiências pedagógicas, obras=publicações e educadores/formadores).

Essa Coordenação também terá o papel de fortalecimento da Rede de Educadores, além de compartilhar informações no Estado (PP), Regional e Nacional.

Sobre as atividades formativas

Em relação as atividades formativas, foram sugeridos Seminários, Oficinas, Cursos, Encontros, Reuniões e atividades de mobilização, essas atividades todas em âmbito Nacional, Regional, Estadual e Local

Estrutura e Funcionamento do Centro de Formação

O Centro de Formação será composto de:

- ▲ Um Conselho Gestor Estadual com função consultiva e deliberativa. Composto pelo Fórum/Gt Formação, Comitê Pedagógico, Unidade Executiva.
- Centro de Formação Estadual formado pela Rede de Educadores e pelo Comitê Pedagógico. O Centro Estadual contará com uma Coordenação Pedagógica, Coordenação de Finança, Coordenação de Logística e Material e uma Coordenação de Planejamento/Secretária/Estatística/Sistematização. A Coordenação de Pedagógica será responsável pelos educadores, Educadores locais (1 por território) e Eventos; a Coordenação de Planejamento/Secretária/Estatística/Sistematização será responsável pelo material pedagógico e tecnologias sociais.

Entre a estrutura apresentada, o CFES Nacional terá o papel de Avaliar e Monitorar, os Regionais de Articular e Formar e os Estaduais de Planejar e Executar.

Será necessário com recursos:

- A Pessoal equipe multi profissional;
- ▲ Material material de consumo;
- ▲ Instalações Salas, auditórios e laboratórios;
- ▲ Comunicação Rede Sociais, telefone;
- \land Financeiro R\$;
- Equipamentos Material permanente e veículos.

PROPOSTA CENTRO OESTE

Sobre o Percurso formativo

Os diversos coletivos de educadores das diversas regiões e do estado articulando com os diversos Fóruns, Redes, Cadeias e Movimentos sociais com o CFES, Comitê Metodológico e Conselho

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional





ecretaria Nacional de

Ministério do



CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700868/2008 - Cáritas Brasileira



Gestor.

A partir das diversas demandas.

Através de estratégias de construção coletiva e troca de saberes, a partir da espertise de cada um.

A relação se dá a parir das oficinas e cursos, respeitando as realidades e experiências de práticas econômicas solidárias.

Não compreendemos a formação como Inicial ou Avançada, mas como um processo contínuo, considerando as múltiplas dimensões das pessoas.

Sobre as atividade formativas

Oficinas, Cursos, Seminários, Assessoramento, intercâmbio, reuniões de articulação local, estadual, regional e nacional.

Curso especifico para consolidação da rede de educadores:

- △ Oficinas;
- ▲ Intercâmbio para troca de experiências.
- Reuniões periódicas de articulação da Rede;
- acompanhamento dos processo de formação;
- Laboração de materiais específicos ;
- A Sistematização.

Sobre a estrutura e funcionamento político, pedagógico e administrativo

CFES Nacional -

- Articulador;
- acompanhamento e monitoramento:
- formador dos centros regionais e da Rede Nacional;
- Articulação com o Governo. FBES, CNES, e Movimentos.

CFES Regional

- ▲ Fazer a Formação.
- Articulação Politica com o Governo, Fóruns e Movimentos.
- Monitoramento das Formações.

Relação CFES Regional x CFES Nacional, contribuir na definição Politico pedagógico das atividades.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br













Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

_			
H_{Ω}	1111	pes:	
υч	uı	pes.	

CFES Nacional -

▲ 5 Pedagógico;

△ 1 Administrativo;

CFES Regional -

△ 2 Administrativo;

▲ 6 Pedagógico;

Infraestrutura:

1. Publicações, acervos, táxi, espaço, passagens, combustível, material pedagógico e de expediente, telefone, internet, hospedage/transporte, alimentação.

Espaços:

Reuniões dos Coletivos.

Reuniões de Articulação.

Reunião do Conselho Gestor.

AVALIAÇÃO

Para a avaliação da Oficina foi solicitado aos participantes que registrassem em um Flip chart suas considerações.

Vale destacar que foi acordado com os participantes dessa Oficina que será pensado, mais um momento para que se possa realizar um debate aprofundado sobre qual modelo/estrutura de projeto será adotado.

- [1] A apresentação está disponível em: http://cirandas.net/cfes-nacional/oficina-politicas-publicas-economia-solidaria-e-educacao-acesse-as-apresentacoes
- [2] A apresentação está disponível em: http://cirandas.net/cfes-nacional/oficina-politicas-publicas-economia-solidaria-e-educacao-acesse-as-apresentacoes
- [3] A apresentação está disponível em: http://cirandas.net/cfes-nacional/oficina-politicas-publicas-economia-solidaria-e-educacao-acesse-as-apresentacoes
- [4] A apresentação está disponível em: http://cirandas.net/cfes-nacional/oficina-politicas-publicas-economia-solidaria-e-educacao-acesse-as-apresentacoes

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF Tel: 55 61 3521 0358 - Fax: 55 61 3521 0377

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional





etaria Nacional de

Ministério do

